

# O papel social do farmacêutico no capitalismo

Marcelo José de Souza e Silva\*

## **Resumo:**

O papel social do farmacêutico é um assunto comum de ser discutido a partir de uma consciência parcial do papel da classe trabalhadora dentro da sociedade capitalista. Por não entender que a produção no capitalismo visa a produção de mercadorias com valor de troca, para obtenção de lucro e consequente reprodução e valorização do capital, a discussão restringe-se ao aspecto idealista do que é ser farmacêutico. O objetivo deste trabalho é mostrar que o papel dentro do capitalismo é a de produção de valor de troca através da utilização dos instrumentos de sua profissão, majoritariamente o medicamento. A partir disso, discutimos sobre a tendência histórica que pode levar ao desaparecimento deste profissional na sociedade capitalista brasileira, sendo substituído por profissionais mais baratos para o capital, mas que cumprirão a mesma função, de utilizar a saúde como meio para obter lucro, e não como um fim social.

**Palavras-chave:** Papel social; farmacêutico; valor; trabalho.

## The Social Role of the Pharmacist in Capitalism

### **Abstract:**

The social role of the pharmacist is often discussed based on only a partial awareness of the role of the working class within capitalist society. Due to a lack of understanding that production in capitalism seeks the production of commodities with exchange value, for profit and subsequent reproduction and capital appreciation, the discussion of this topic is limited to the idealistic aspect of being a pharmacist. The objective of this study is to show that the role of the pharmacist within capitalism is the production of exchange value using his or her professional instruments, mainly medicines. Based on this understanding, we discussed the historical trend that could lead to the disappearance of this profession in Brazilian capitalist society, being replaced by professionals who are less expensive for capital, but fulfill the same function of using health as a means for profit rather than as a social objective.

**Keywords:** Social role; pharmacist; value; work.

## Introdução

O papel social do farmacêutico é algo bastante comum de se discutir hoje em dia dentro da categoria farmacêutica, com muita ode à capacidade heroica desse profissional dentro da saúde pública, porém sem reflexões críticas sobre

---

\* Doutorando em Medicina Preventiva pela USP, São Paulo-SP, Brasil; professor temporário da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde também é pesquisador do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva. Curitiba-PR, Brasil. End. eletrônico: marcelojss@gmail.com

isso, sem pretender ir até a raiz da questão, que é o que buscamos aqui.

Essas reflexões, ao analisarem o papel social do farmacêutico (ou função social), procuram mostrar basicamente de duas formas esse papel: se voltando para as dificuldades da população no acesso ao medicamento, e como o farmacêutico é, para o senso comum, o profissional do medicamento, a função dele seria garantir esse acesso, porém, sem questionar o porquê da falta de acesso ao medicamento pela população e também não analisando como o farmacêutico pode intervir nesse processo; ou resignando-se a elencar as diversas atuações a que estão vinculados os farmacêuticos, tentando, com isso, mostrar a importância do profissional dentro da sociedade.

Diferente dessas análises, consideramos que existe atualmente uma crise das ciências farmacêuticas, devido a uma crise da utilidade do farmacêutico na produção da vida na sociedade atual. Temos como objetivo mostrar, com base no materialismo histórico-dialético, o que é o papel social de uma profissão e, a partir disso, mostrar o papel social do farmacêutico na sociedade capitalista e quais são as tendências para o futuro dessa profissão.

### **O papel social de uma profissão**

Consideramos profissão a realização de determinado tipo de trabalho, utilizando de determinada forma determinados instrumentos técnicos e psicológicos. Segundo Marx (2013) e Marx e Engels (2007), trabalho é a forma como o ser humano opera sobre a natureza, transforma-a para suprir suas necessidades e, nesse processo, também se modifica, transformando sua própria natureza; em outras palavras, o trabalho humaniza o ser humano. A necessidade de transformar a natureza surge da fragilidade do *Homo sapiens* em relação à natureza, pois, diferente dos outros animais, que já nascem adaptados ao ambiente, são seres que possuem em sua natureza biológica uma capacidade limitada de sobreviver (pois não possuem garras para agarrar uma presa, não possuem uma camada de pelos suficientes para se protegerem do frio, e assim por diante). Por não estarem adaptados à natureza, precisam transformá-la para produzir a vida; para sanar essa necessidade, se fez necessário agir em conjunto com outros seres iguais, outros *Homo sapiens*, ou seja, produzir a vida em sociedade, além da criação de instrumentos que permitiam *imitar*, de início (pois esses instrumentos foram sendo desenvolvidos ao longo do tempo), a natureza biológica dos outros animais (como pedras afiadas no lugar de garras, utilizar a pele dos animais para se aquecer no frio, e assim por diante).

Da necessidade de associação, desde as primeiras sociedades, também surge a necessidade de algum tipo de divisão das tarefas, pois nem todos podem fazer tudo, seja por limitações de tempo, seja por limitações individuais. No comunismo

primitivo, enquanto uns pescavam, outros costuravam, outros caçavam, outros conversavam com os deuses da natureza, e assim por diante, de acordo com as capacidades de cada um; porém, todo produto resultante dessas tarefas individuais era coletivizado, pois o motivo de cada tarefa era fazer com que aquele coletivo sobrevivesse. A pessoa que pescava, não pescava pela sobrevivência dela e sim pela sobrevivência do coletivo, pois a sobrevivência do coletivo é que levava à sobrevivência de cada indivíduo singular. Nessa época o domínio da natureza pelo ser humano ainda era muito rudimentar, este último ainda dependia de muitas coisas que a natureza fornecia de forma acabada, pronta. Os instrumentos que existiam para realizar as diversas tarefas do dia a dia não permitiam a produção de um excedente que pudesse ser apropriado por uma só pessoa. E o coletivo só sobrevivia pela cooperação de todos, pois a não cooperação de qualquer indivíduo significava escassez para o coletivo, ou seja, significava a possibilidade de morte daquela comunidade.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, houve um aumento da produtividade geral e passou a existir um excedente na produção de recursos, que podiam ser estocados por não precisarem ser consumidos imediatamente. Isso permitiu que os produtos das atividades individuais, que antes tinham como motivo a prosperidade do coletivo, passassem a ser propriedades privadas de alguns indivíduos; dessa forma, o motivo das diversas atividades individuais deixa de ser a coletividade e passa a ser a sobrevivência e prosperidade individual, pois com esse excedente, a apropriação de certo produto não necessariamente leva à morte do coletivo.

Essa apropriação levou ao surgimento das sociedades divididas em classes, baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Nessas sociedades a divisão do trabalho é espontânea, involuntária, ou seja, são sociedades que não estão divididas de forma voluntária, racional; o indivíduo não age de acordo com sua capacidade, mas a partir da posse ou não dos meios de produção. No capitalismo não existe planejamento, o que existe é a luta de todos contra todos. Por exemplo, todos precisam de calçados. Em uma economia planejada, produziríamos calçados suficientes para que todos tivessem o tanto de pares necessários (e o suficiente para manter um estoque para eventualidades). Não necessitaríamos de  $n + 1$  fábricas/lojas de calçados, competindo para sobreviver, em que a vitória de uma é necessariamente a derrota de outra. Nessa situação, o trabalhador não domina seu trabalho, mas é dominado por ele: ele precisa produzir para poder sobreviver, mesmo que isso seja à custa da vida do outro.

De acordo com Marx (2009), nessas sociedades a própria ação do sujeito se torna um poder estranho e contraposto a ele, que o subjuga ao invés de ser dominado: ela é alienada e estranhada. Assim é a sociedade capitalista, onde poucos indivíduos possuem a propriedade privada dos meios de produção, enquanto a

grande parte da população se constitui enquanto classe trabalhadora, que tem como único produto sua força de trabalho, cuja venda lhe permite obter um salário para sua subsistência. No capitalismo, modo de produção atual, o sujeito é reificado, ou seja, é transformado numa coisa, que é um passo necessário para que se constitua em mais uma mercadoria como todas as outras, exposto à concorrência e às turbulências do mercado. A reificação no capitalismo significa a coisificação das relações sociais. Os sujeitos aparecem como coisas enquanto as mercadorias aparecem como seres.

No capitalismo o fim último da ação dos capitalistas é a obtenção de lucro para a constante valorização do capital. Para isso é preciso que os trabalhadores, os profissionais, produzam mercadorias que permitam obter esse lucro. Para isso essas mercadorias precisam produzir valor, precisam de valor de troca para entrarem na circulação, se realizarem e resultarem em lucro. Dessa forma, o papel de cada um na divisão social do trabalho, por ser espontâneo e irracional, está ligada ao valor de troca do produto do seu trabalho.

### **Valor como base do papel social de uma profissão**

Segundo Marx (2013), uma mercadoria, ao possuir utilidade, é um valor de uso, sendo essa utilidade inerente às propriedades materiais da mercadoria, não dependendo da quantidade de trabalho empregado para obter essas propriedades úteis. Além disso, somente através da utilização e do consumo que o valor de uso se realiza, sendo que no capitalismo esse valor é o veículo para o valor de troca.

O valor de troca é a relação que permite que as diversas mercadorias (valores de uso) sejam permutáveis, ou seja, é uma relação quantitativa entre os diferentes valores de uso. Dessa forma, as propriedades materiais da mercadoria que a tornam interessante por sua utilidade, a transformam em valor de uso; para a troca, uma necessidade do capital a partir do momento que o lucro só se realiza na circulação, as mercadorias não diferem por suas qualidades e sim por suas quantidades, pelo valor de troca. Não considerando o valor de uso, a sua utilidade, à mercadoria só resta o produto do trabalho humano, trabalho este já transformado, materializado, inerente à ela, ou seja, trabalho morto. Ao não considerar esta faceta do produto, também são abstraídos do produto os elementos materiais que lhe tornam valor de uso.

Para o capitalista interessa que o produto seja trocável, ou seja, que ele possa ser vendido, não importando para ele sua utilidade. Isso faz com que desapareçam as diferentes formas de trabalho concreto encerradas naquele produto, essas formas não se distinguem mais umas das outras, reduzindo-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. Esse trabalho abstrato é uma objetividade impalpável, uma massa pura e simples de trabalho humano em geral, não importando a forma como foi dispendida a energia do trabalhador

fazendo com que os produtos resultantes passem a representar apenas a força de trabalho, ou seja, a energia humana que foi gasta na sua produção, o trabalho humano que foi armazenado nesse produto. O trabalho humano abstrato, quando incorporado no produto é o que lhe fornece valor, sendo o valor de troca, sua manifestação. Assim, a grandeza do valor de um produto é quantificada pelo trabalho socialmente necessário, ou tempo de trabalho socialmente necessário, para a produção de um valor de uso.

Ainda de acordo com Marx, pode existir algo que seja valor de uso, mas não seja valor, quando sua utilidade não decorre do trabalho, como ar, terra, entre outros. Esse algo também pode ser útil sendo um produto do trabalho humano e não ser mercadoria, pois aquele que o produziu, o fez para satisfazer uma necessidade própria, gerando valor de uso. Para ser mercadoria, é preciso ter valor de troca, valor, e para isso é preciso que ele tenha valor de uso para alguém, pois só é possível que uma coisa tenha valor se for um objeto útil, pois se não o for, também não o será o trabalho contido nessa coisa, que não conta como trabalho, não criando qualquer valor.

O trabalho criador de valores de uso é indispensável à existência da humanidade, em qualquer sociedade, pois é a partir da utilidade de um produto que se produz a vida; e só a partir da utilidade que em sociedade é possível o intercâmbio, tanto entre o ser humano e a natureza, quanto entre os seres humanos (e dessa forma manter a vida humana), pois só se troca algo se lhe for útil, se tiver valor de uso.

Portanto, no capitalismo, toda mercadoria precisa ter valor de uso para alguém, pois só assim entrará na esfera da circulação, mas ela não precisa possuir valor de uso para quem está produzindo (mesmo que ao final o produtor possa também utilizar este produto), o que interessa é a sua vendabilidade, o trabalho abstrato materializado na mercadoria lhe fornecendo valor, permitindo que os diferentes objetos no mercado possam ser trocados. Os valores de uso resultam de atividades produtivas que estão subordinadas a objetivos, a produção, porém, os valores são cristalizações homogêneas de trabalho, sendo apenas dispêndio de força humana de trabalho, não se considerando sua atuação produtiva.

No capitalismo, o produto do trabalho não existe para o sujeito como valor de uso, é apenas produção de mercadoria, de valor, na qual ele não se reconhece. Para a produção de mercadorias se exige apenas o dispêndio fisiológico da força de trabalho humana, o trabalho humano abstrato<sup>1</sup> materializado no produto,

---

<sup>1</sup> O trabalho humano abstrato não significa que o produto do trabalho realizado não é um bem, um produto *palpável*, e sim que é o trabalho morto materializado no produto do trabalho, utilizado pelo capitalista para a extração de mais-valor do trabalhador, podendo ser este produto material ou imaterial (por exemplo, tanto uma mesa quanto uma música).

criador do valor das mercadorias, para ao final extrair mais-valor<sup>2</sup>. Não possuindo valor de uso para o trabalhador, mesmo que ele não seja o produto final que satisfaça alguma necessidade imediata, não existe a conexão entre o motivo e o fim do seu trabalho, que é o produto elaborado.

Apesar disso, existe o lado humanizador do trabalho, o trabalho concreto. Mesmo que a produção se dê a partir de uma relação alienada, ao produzir, ao trabalhar, ao transformar a natureza, o sujeito também se transforma, se humaniza, pois o dispêndio de força de trabalho é realizado para um determinado fim, sendo trabalho útil, concreto, que produz valor de uso. Porém, essa humanização é limitada, não é a máxima possibilidade possível, em contraposição à alienação, que tende a ser a máxima possível, e diferente para cada sujeito, para cada atividade.

Dessa forma, uma atividade profissional, uma profissão, surge, na divisão social do trabalho, com o intuito de sanar determinada necessidade, utilizando de determinada forma determinados instrumentos. Em outras palavras, quando surge uma nova necessidade social, ou uma profissão existente, que possui os instrumentos necessários, abarca a resolução dessa necessidade, ou tende a surgir uma profissão que procura saná-la. Da mesma forma, quando necessidades sociais se complexificam e profissões existentes já não conseguem mais respondê-las, também surgem novas profissões. Igualmente, essa profissão pode deixar de existir, ao deixar de existir a necessidade que ela sanava, ou o fim de sua função, ou até mesmo sua substituição por uma profissão que se enquadre melhor em suprir determinada necessidade.

Porém, no capitalismo o fim almejado é o lucro, para reprodução e constante valorização de capital. Para isso o capitalista produz mercadorias que possuem valor de troca, trabalho abstrato. Isso faz com que a função de uma profissão esteja ligada ao valor de troca do produto resultante de seu trabalho, e não do seu valor de uso. Em outras palavras, o significado de *papel social* de uma profissão é a *função que o trabalhador exerce na produção da vida em determinada sociedade*, é agir dentro de uma sociedade em direção a determinado fim. Como no capitalismo a produção da vida tem como fim a obtenção do lucro, através da venda de mercadorias, a partir do trabalho abstrato encerrado nela, valor de troca, as profissões surgem ou deixam de existir de acordo não apenas de acordo com as necessidades

---

<sup>2</sup> Mais-valor é o excedente de trabalho produzido pelo trabalhador e que é apropriado pelo capitalista; é a diferença entre o todo que o trabalhador produziu e aquilo que é necessário para sua subsistência (seu salário). Por exemplo, em uma jornada de doze horas, nas seis primeiras horas o trabalhador produziu um tanto de valor que é equivalente ao que lhe é pago como salário pela jornada de doze horas; as outras seis horas equivalem a um valor que é apropriado pelo capitalista, é um valor excedente, um *mais-valor*.

existentes, mas também de acordo com a produção de valor de troca resultante de sua atividade. Portanto, o papel social de uma profissão, no capitalismo, é o *quantum* de valor de troca que o produto resultante de seu trabalho pode gerar.

### **A consciência do trabalhador de seu papel social**

Desde a comunidade primitiva (onde não existia propriedade privada), passando pela antiguidade clássica, pelo feudalismo, chegando no capitalismo (sociedades que possuem como base a propriedade privada) cada categoria na divisão do trabalho possui um papel dentro da sociedade, possui um motivo que direciona a atividade daquela categoria. Em outras palavras, o farmacêutico enquanto profissão possui um *papel social* dentro do capitalismo, possui um motivo que direciona a atividade dessa categoria da classe trabalhadora, que pode ser diferente do motivo singular da pessoa, do motivo de sua atividade singular.

Com a divisão social do trabalho, os motivos de determinada atividade diferem na esfera singular (do sujeito), na esfera particular (da classe social) e na esfera geral (da sociedade). Quando o membro de um grupo realiza sua atividade singular, também satisfaz uma de suas necessidades, mesmo que não diretamente, pois ela faz com que o indivíduo realize certa operação, que pode levar a um resultado (a um produto) que não é a satisfação direta dessa necessidade, sendo esta alcançada com o conjunto de atividades (as várias operações) de outros membros da sociedade. A necessidade é satisfeita pelo conjunto geral de atividades, que depende das diversas atividades individuais. O processo da sua atividade, portanto, não coincide diretamente com aquilo que a estimulou, não coincide com o motivo da sua atividade. Os dois foram divididos nesta instância. Esse tipo de processo, no qual o objeto da atividade e o motivo não coincidem um com o outro, chama-se *ação* (Leontyev, 2009).

A divisão entre o objeto da atividade e seu motivo, ou seja, a ação, só foi possível surgir devido a um processo coletivo de ação na natureza. O produto do processo como um todo, que é aquilo que vai satisfazer a necessidade que o grupo deseja, também leva à satisfação das necessidades de cada sujeito, mesmo que ele não realize a operação final que leva à posse do produto que sana a necessidade que iniciou o processo. Porém, nesse caso, as atividades singulares são conscientemente estabelecidas. O indivíduo sabe que o produto de sua atividade, que não vai satisfazer sua necessidade, resultará, no final da ação, no produto visado. E é esse produto final que une o resultado direto das atividades dos diferentes sujeitos.

A separação da ação pressupõe necessariamente a possibilidade da reflexão psíquica ativa do sujeito sobre a relação entre o motivo objetivo e o objeto da ação. Se não for dessa maneira, a ação se torna impossível e perde qualquer sen-

tido para o sujeito. Essa ação só é possível se o sujeito refletir sobre o vínculo do resultado da sua ação com o resultado esperado, ou seja, a ação deve ter uma conexão com o resultado da atividade coletiva e essa relação tem que ser refletida subjetivamente pelo sujeito para que seja existente para ele.

Esse não é o caso nas sociedades divididas em classes (devido à propriedade privada dos meios de produção). Nessas sociedades existe uma alienação e um estranhamento das relações sociais, que rompem a conexão entre a atividade do sujeito e os resultados da atividade coletiva, rompe a articulação entre os motivos singulares e os fins coletivos, impedindo que sejam delineados motivos conscientes para a atividade singular, particular e geral. Não existe, portanto, a conexão entre o resultado de seu trabalho singular e a satisfação das necessidades coletivas (fruto do trabalho coletivo), e entre o resultado do trabalho coletivo e a satisfação das necessidades singulares.

Satisfazer uma necessidade, portanto, faz com que exista um motivo para que ocorra determinada ação. Para chegar ao produto dessa ação, ocorrem inúmeras operações, realizadas pelos diversos sujeitos envolvidos no processo, resultando em vários produtos, que totalizarão o produto final (esses processos ocorrem tanto de forma contínua quanto em paralelo). Com a alienação e estranhamento, o sujeito só tem consciência do motivo e fim de sua operação, mas não do motivo e fim da ação. Ele fica restrito ao aspecto singular da atividade e, em alguns casos, chega ao aspecto particular, de classe. O sujeito aqui é tanto o trabalhador, quanto o capitalista e a totalidade de suas atividades forma a atividade geral.

No caso do trabalhador, o seu motivo, dentro do capitalismo, é ao final do mês obter um salário para poder sobreviver e em muitos casos a resolução do problema do paciente (em muitos casos o farmacêutico está tão longe do paciente, que seu motivo nem chega a esse patamar, ficando restrito à resolução de problemas técnicos). Do capitalista, obter o máximo lucro, impedindo que o concorrente o faça. O motivo do capitalista é o mais próximo do motivo geral, pois para a sociedade capitalista se reproduzir, ela necessita que se reproduza e se valorize constantemente capital. O capitalista é a personificação do capital, de suas categorias econômicas, de suas relações de classe.

A necessidade geral do sistema capitalista é a obtenção de lucro, e ela é sadada através das atividades singulares e particulares do trabalhador (pois é dele que se extrai o mais-valor). Existem, portanto, motivos diferentes, mas que não são racionalmente estabelecidos (são espontâneos), ou seja, o motivo singular está rompido do motivo geral na consciência do trabalhador.

Como o *papel social* de uma profissão é a *função que o trabalhador exerce na produção da vida em determinada sociedade*, e como a produção da vida no capitalismo tem como fim a obtenção do lucro, através da venda de mercadorias, e as relações



de produção são alienadas e estranhadas, com os motivos singulares não sendo conscientemente estabelecidos, o trabalhador tem uma *consciência parcial* de sua função social, de seu papel social, dentro da sociedade.

Essa consciência parcial leva à discrepâncias entre o que se acredita ser o papel social e o que ele realmente é, invertendo meios e fins. Por exemplo, no caso do farmacêutico, acredita-se que o seu papel social é a assistência do paciente. No capitalismo, essa assistência é apenas um meio para o fim desejado, a obtenção de lucro. O salário aparece como um meio para prestar essa assistência, porém é na verdade o fim que o trabalhador busca, mesmo que não tenha consciência disso.

Por isso o trabalhador tem dificuldades em entender a função de sua atividade singular, dentro da atividade geral no capitalismo e a inverter fins e meios, devido à sua consciência parcial de como funciona a sociedade. Isso não quer dizer que o profissional da saúde não esteja buscando ajudar o paciente, muito pelo contrário; porém, devido ao seu motivo singular estar rompido do motivo geral, ele não consegue entender que sua assistência está sendo utilizada para obtenção de lucro e que a saúde do paciente é secundária.

### **O papel social do farmacêutico**

O papel social de uma profissão no capitalismo é, na esfera geral, obter lucro (esse é o produto almejado), por meio das atividades particulares e singulares da classe trabalhadora, que são a produção de mercadorias, de valores de troca. O motivo dessas atividades singulares, das operações, está dissociado da ação que resulta no produto final.

Na esfera singular e particular a atividade dessa profissão depende de seus instrumentos (se a utilização deles será vendável, como a venda de medicamentos e insumos farmacêuticos), da forma como esses instrumentos são utilizados e da maximização da obtenção do produto almejado.

Dessa forma, uma profissão é útil, produz valor de troca, se ela emprega instrumentos (técnicos e psicológicos), de determinada forma que seja obtido o produto desejado. Com o desenvolvimento dos meios de produção e com a simplificação do trabalho, profissões que utilizam instrumentos muito complexos (ou seja, muito caros), atuando de forma a obter um *quantum* de lucro, podem ser substituídos por profissões mais simples, que também conseguem lidar com os mesmos instrumentos (muitas vezes através de protocolos), mas de uma forma que dispense menos gastos (um menor salário), obtendo o mesmo ou até mais *quantum* de lucro.

Assim, uma profissão pode deixar de existir quando a necessidade social que ela sanava deixa de existir, ou quando, com o desenvolvimento dos meios

de produção, uma profissão mais simples e com chances de obter mais lucro a substituí.

Em outras palavras, cada profissão nasce e morre dependendo das necessidades sociais existentes em determinada época. Porém, essa necessidade não necessariamente coincide com aquilo que a população precisa de forma imediata, mas ela é sempre a necessidade da sociedade em questão. Aquilo que a população precisa para sobreviver pode estar em contradição com a necessidade social, ou seja, da sociedade. No caso da sociedade capitalista, a necessidade social, o produto final que se busca, é a reprodução e valorização do capital através do lucro, e isso está em contradição com a saúde da população, pois esta última é utilizada como meio (como instrumento) e não como o fim previsto.

Como o papel social de uma profissão pode estar em contradição com aquilo que a população precisa, mas não em contradição com a necessidade social, uma profissão pode deixar de existir se outras profissões atenderem de forma mais qualificada o fim almejado.

O farmacêutico, no Brasil, hoje em dia atua em diversas frentes no mercado de trabalho, com nichos de reserva de mercado que não são exclusivos seus, ou seja, atuações que são compartilhadas por outras profissões.

A necessidade social dos instrumentos de trabalho do farmacêutico (majoritariamente medicamentos e insumos farmacêuticos) existe, tanto para a população, que precisa de cuidados de saúde, quanto para o capitalista, que tem nesses instrumentos meios de conseguir lucro. Já a forma como são utilizados esses instrumentos é quase em sua totalidade técnico, muitas vezes através da utilização de protocolos que são elaborados por órgãos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde. O conhecimento das ciências farmacêuticas, o conhecimento científico mais elaborado, complexo, não é produzido no Brasil e sim nos países desenvolvidos. Para o farmacêutico sobra a utilização do instrumento, sua venda, ou a forma de melhorar sua venda. Sobra a parte técnica. Isso não quer dizer que não exista pesquisa no Brasil. O que queremos demonstrar é que a pesquisa existente aqui fica muito aquém do que é produzido mundialmente, muitas vezes ficando restrito à pesquisa técnica e não de elaboração de conhecimento.

A partir da industrialização da década de 1930 no Brasil, o farmacêutico passa a ficar em descompasso com o desenvolvimento das tecnologias, que eram pensados fora do país, enquanto aqui o farmacêutico ainda estava restrito à dispensação e manipulação. Com isso o ensino passa a ser voltado para a indústria farmacêutica, começando a abertura de frentes buscando reservas de mercado de trabalho que não são exclusividade do farmacêutico. Com a industrialização, as farmácias começam a perder seu caráter de local exclusivo de produção de

medicamentos e os farmacêuticos passam a trabalhar lado a lado com o balconista no atendimento aos pacientes. Isso faz com que diminua a demanda por farmacêuticos no mercado de trabalho, o que aumenta a procura por outras fatias do mercado de trabalho para inserção do profissional. E a partir da década de 1960 o farmacêutico passa a atuar nas análises clínicas, outro ramo não exclusivo. Depois disso, com a criação dos Conselhos (federal e regionais), buscou-se ainda mais formas de atuação do farmacêutico. Atualmente o farmacêutico pode atuar em 72 atividades diferentes (Brasília, s/d).

Esse movimento histórico chega, a partir de 2002, às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de farmácia, que institui o aprender a aprender como ideário pedagógico. Esse ideário acentua a necessidade de protocolos já iniciada com o modelo de ensino anterior, tecnicista, pois não permite o ensino dos conceitos científicos, limitando a aprendizagem dos pseudoconceitos (Silva, 2013).

Assim, enquanto existe uma carência da população que exige a atuação de um profissional da saúde, que hoje em dia é o farmacêutico, e de seus instrumentos de trabalho, a forma de utilização e atuação pode ser realizada por um técnico com formação mais simples, que consiga utilizar os protocolos elaborados. Em uma sociedade que tem como objetivo principal a obtenção de máximo lucro, um trabalhador menos qualificado significa menor salário, sendo mais interessante para o capitalista que um trabalhador mais qualificado, que atua da mesma forma que o primeiro.

Portanto, sendo o papel social de qualquer profissão no capitalismo, inclusive do farmacêutico, a obtenção de lucro, para uma mesma atividade, com os mesmos ganhos, é preferível aquele que exija menor salário para sua reprodução. Atualmente já existem outras profissões que conseguem atuar da mesma forma que o farmacêutico, com menores salários, sendo isso facilitado pelo seu caráter majoritariamente técnico. Isso não quer dizer que somente o farmacêutico tem uma formação basicamente técnica. Os cursos da área da saúde são basicamente dessa forma, porém, com reservas de mercado muito mais definidas e assim mantendo-se ainda necessárias.

Com uma atuação que basicamente se faz em áreas que não são exclusividades suas, com um ensino com uma tendência cada vez mais protocolar, o farmacêutico é um profissional caro para o capitalista, que tem todas as condições de ser substituído por um profissional mais barato, com uma formação mais simples.

E é essa a tendência que imaginamos ao analisar o movimento histórico da profissão de farmacêutico no Brasil: ao invés de um profissional caro, que é formado na maioria das universidades para atuar na farmácia, na indústria e nas

análises clínicas, profissionais que se especializam em apenas uma dessas áreas, podendo ter uma formação mais curta e, conseqüentemente, mais barata. A tendência é a substituição do farmacêutico por profissionais menos complexos, mas que conseguem atuar, protocolarmente, tão bem quanto.

Dois casos servem como exemplo: o biomédico e o auxiliar de farmácia.

As análises clínicas são uma área que não possui um profissional exclusivo, mas que agora, mesmo depois do Projeto Biomédico ter sido rejeitado na década de 1980, conta com o biomédico, profissional exclusivo para essa função, com uma formação com tempo menor que todas as outras profissões que atuam nessa área, com poucos direitos e pouca força de reivindicação. Ou seja, um profissional que atuará tão bem dentro da lógica de produção de mercadorias quanto o farmacêutico, mas que é mais barato para o capitalista.

Quanto aos auxiliares de farmácia, os balconistas, existe um movimento pela regulamentação dessa profissão, com um projeto de lei (PL 668/2011) que tramita no congresso desde 2011. À primeira vista, esse parece ser um movimento positivo, pois *responsabiliza* o balconista de suas ações, que muito se fala, apenas vende o medicamento e não o dispensa, como, teoricamente, o farmacêutico. Porém, ao regulamentar essa profissão, o técnico auxiliar de farmácia será responsável pela venda de medicamentos, podendo facilmente substituir o farmacêutico aos olhos do capital; ou seja, nem ao menos na farmácia o farmacêutico será necessário. Isso não significa que somos contra as reivindicações por melhores condições de trabalho por essa categoria, mas sim queremos demonstrar que existe um movimento que procura substituir o farmacêutico por profissionais mais baratos.

Colocamos aqui como uma tendência, pois não se trata de uma previsão do futuro ou de algo que temos certeza que irá ocorrer, mas sim que acreditamos que tenha bastante chance de acontecer. Na luta de classes, na luta trabalho versus capital, uma hora a tendência se vira para o capitalista, outra para o trabalhador. Por isso a importância da luta contra a propriedade privada dos meios de produção. Porém, não uma luta corporativista, uma luta pelo farmacêutico, mas uma luta pela classe trabalhadora, para que ela receba aquilo que é necessário e que isso seja produzido pelo seu valor de uso, e não pelo seu valor de troca, de forma consciente, racional.

### **Considerações finais**

O papel social de uma profissão está ligado à função que o trabalhador exerce na produção da vida em determinada sociedade. Na sociedade capitalista, essa função está ligada à produção de mercadorias com valor de troca, para ao final ocorrer reprodução e valorização do capital.

Porém, devido à alienação e estranhamento das relações sociais capitalistas, que rompem o motivo e o fim esperado da ação coletiva de produção, o trabalhador não tem consciência da totalidade desse processo, percebendo, de forma parcial, que a necessidade de assistência à saúde da população como o fim último do trabalho em saúde.

Na realidade a saúde, como as diversas outras esferas da vida nessa sociedade, serve como meio para o fim real, a obtenção de lucro. E o papel social do farmacêutico está relacionado a como ele utiliza esse meio para obter o fim desejado. E como esse profissional não está ligado à produção mais criativa, ou seja, na produção do conhecimento científico mais elaborado, ficando restrito majoritariamente ao aspecto técnico da produção, ele é um profissional caro que pode ser substituído por outros profissionais mais baratos, que executarão as mesmas tarefas de forma similar.

Mesmo que a capacitação desses profissionais seja diferente, isso não é impeditivo, pois o objetivo não é prestar uma assistência à saúde com qualidade, mas sim prestar o mínimo necessário de assistência para que a classe trabalhadora continue se reproduzindo enquanto força de trabalho, utilizando a saúde como meio para obter lucro. Se faz necessário, portanto, revolucionar como se produz a vida, superando esse modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção por uma sociedade em que a saúde seja um fim e não um meio de obter lucro.

Como última reflexão, acreditamos que hoje em dia exista uma crise das ciências farmacêuticas, que se expressa na falta de um princípio educativo que explique essa área da ciência, sendo este a máxima abstração, a célula a partir da qual se explicam todas as formas desenvolvidas daquela ciência e aquilo que une em uma só área essas várias formas. É a partir dessa abstração máxima que se explicam os diversos casos concretos existentes naquela ciência e que se pode afirmar que uma ou outra pesquisa, técnica, entre outros, pertence a determinada ciência e não a uma outra. E também é esse princípio que estabelece aquilo que se ensina para o futuro profissional, aquilo que ele deve aprender.

No processo histórico do ensino de farmácia, podemos dizer que o que explicava essa área do conhecimento era o medicamento. A partir do medicamento era possível explicar a manipulação e a dispensação, as áreas de atuação do farmacêutico. Porém, a partir da industrialização da década de 1930, o medicamento foi deixado de lado em detrimento de outras áreas, que são não exclusivas da profissão, dentre elas sobretudo as análises clínicas. Ou seja, historicamente a farmácia foi incorporando outras áreas do conhecimento para sobreviver enquanto profissão, para garantir a subsistência dos farmacêuticos, pois o que era conhecido até então como farmácia, não era mais garantia de subsistência.

Com isso, porém, se perdeu o princípio explicativo das ciências farmacêuticas, pois o medicamento deixou de explicar tudo que essa área da ciência passou a englobar.

Além da tendência de substituição do farmacêutico por profissionais mais baratos, também percebemos uma tendência de ruptura do que é conhecido como ciências farmacêuticas, expresso na falta de seu princípio explicativo. Fica então a questão, que apenas esboçamos aqui, mas que acreditamos ser de vital importância, cuja resposta deveria ser a busca mais importante nos próximos anos nas ciências farmacêuticas: qual o princípio explicativo da farmácia?

### **Bibliografia**

- BRASÍLIA. Conselho Federal de Farmácia. *Áreas de atuação do farmacêutico*. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/pagina.php?id=87>>. Acesso em: 31/03/2014.
- LEONTYEV, Aleksei Nikolaevich (2009). *The development of mind*. Pacífica: Marxists Internet Archive.
- MARX, Karl (2013). *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo.
- SILVA, Marcelo José de Souza e (2013). *A educação farmacêutica como instrumento para a manutenção ou transformação da sociedade: um estudo a partir do curso de farmácia da Universidade Federal do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.